

O armário ou a arrecadação?

Reflexões em torno do HSH “masculino e discreto”
e da baixa incidência de *coming out* em Portugal

M. Vale de Almeida

O propósito deste texto é lançar algumas pistas sobre a aparente contradição entre o facto de Portugal ser um país com um muito avançado nível de igualdade de direitos em termos de orientação sexual e identidade de género e, ao mesmo tempo, ter níveis de *coming out* baixíssimos, inclusive entre figuras públicas, por comparação com países com características a vários níveis semelhantes. Este é um problema político e social largamente reconhecido pelos movimentos sociais, partindo do princípio de que o *coming out* é simultaneamente sintoma de transformação das mentalidades e relações sociais, e impulsionador fundamental das mesmas.

Paralelamente, e num plano mais teórico, procuro isolar um ideal-tipo de homem que, praticando sexo com outros homens, não o assume na sua rede de relações sociais primárias (familiares), de trabalho, ou no espaço público. Esse ideal-tipo representa uma forma complexa de subjetividade e identidade em que a margem (a homossexualidade) é vivida no centro (a heterossexualidade), contribuindo para uma marginalização *em excesso* da margem (a recusa do “ambiente gay” e de performances de masculinidades subalternas, entre outros exemplos, como veremos) e para a reprodução performativa do centro. Em suma, pretendo lançar a hipótese, assumidamente provocadora e não confirmada, de a masculinidade hegemónica ter como encarnação paradigmática este ideal-tipo de homem e não o heterossexual.

Partamos do princípio de que o binómio orientação sexual – assunção/armário dá conta de um espectro bastante alargado. Num extremo, o homem heterossexual “bem resolvido”, digamos assim. No outro, o gay ou bissexual também bem resolvido e, sobretudo, assumido perante si, a família, o trabalho e até no espaço público. Entre estes dois extremos, permitam-me uma

tipologia que pode soar algo caricatural, mas que é admissível num texto não assente em pesquisa mas sim num propósito ensaístico, e em que escolho apenas dois casos entre muitos possíveis: 1) o homem que se assume como gay perante si e um grupo restrito de amigos com o mesmo tipo de identificação mas não perante a família, o trabalho e o espaço público, e que não entra em relações heterossexuais de fachada; 2) o homem que se assume perante si, independentemente do grau de conflito psicológico, como gostando de ter sexo com homens, mas que não se vê como gay ou homossexual, vivendo tendencialmente em relações heterossexuais que podem ir da fachada até à genuína satisfação em termos de auto-identidade e de reconhecimento social.

Esta dualidade permite-me uma triagem: o (1) representaria o gay no armário, e o (2) representaria um HSH, um homem que tem sexo com homens, a tipologia em que pretendo concentrar-me e que remete para a metáfora do título, a arrecadação. Mas como a orientação sexual é, a meu ver, *always already* uma questão de género, a caracterização de (2) não é suficiente: dentro dela, procuro concentrar-me na figura do homem que se apresenta, no “mercado” sexual das relações ocasionais, como “masculino”, como “discreto”, como “ativo” (ou como “passivo masculino”) e, muitas vezes, como “casado”. Para o meu propósito de argumento, é relativamente irrelevante se aquilo que ele procura no mercado sexual são homens igualmente “masculinos” ou se procura homens “efeminados” ou mesmo pessoas transgénero ou cross-dressers. Como é relativamente irrelevante a consideração de um outro tipo possível, o do HSH que se apresenta como performativamente “feminilizado” (isto é, durante o encontro sexual apenas). Porque o que está em causa é o operador simbólico “masculino”. Não se trata de falar de identidades “verdadeiras”, mas do jogo discursivo da apresentação de si – perante os outros e perante si em espelho.

Este operador simbólico – o “masculino” -, no sentido de um dispositivo discursivo que constitui a masculinidade hegemónica, adquire uma intensidade particular e acrescida entre quem tem de o usar conscientemente, e não através do aprendizado incorporado. Dir-se-ia, então, que o meu ideal-tipo de HSH masculino pratica uma hiper-masculinidade hegemónica. Repare-se como não se trata, aqui, de simplesmente reproduzir a teorização sobre como a penetração e o papel ativo nela por parte de um homem que faça sexo com outro o iliba da

acusação de homossexualidade, facto amplamente demonstrado nas análises das culturas populares e tradicionais da área mediterrânica, da sua extensão latino-americana e, de certo modo, no Ocidente em geral. É também isso, mas não só. *Aqui trata-se de uma reação concreta e consciente a transformações sociais contemporâneas, que vieram introduzir a possibilidade de se ser gay e gay assumido.* Só faz sentido perceber o meu ideal-tipo se se perceber esse contexto.

A apresentação de si – que é sempre simultaneamente fantasiosa e fantasmática – enquanto “masculino”, reporta-se a aspetos do corpo, da linguagem corporal, dos estilos de roupa, da fala e do discurso, marcados sobremaneira pelo princípio da recusa do feminino. Mas não se fica pela apresentação de si ou pelo espelho. Ela inclui a categoria da “discrição”, a da conjugalidade/família e até a da residência e disponibilidade/mobilidade. A discrição reporta-se, naturalmente, à não exibição de traços “efeminados”, construindo como figura de exclusão “a bicha”, mas reporta-se sobretudo à manutenção do armário, ao segredo absoluto. Já não é só “a bicha” que pode contaminar a ordem estabelecida, é também o que está ou anda “no meio gay” ou, pior, o “assumido” enquanto categoria politizada. A afirmação do estado civil como “casado” é também frequente, assim como a preferência por parceiros também casados, sendo que este estado civil se presume ser, sem qualquer consideração por desenvolvimentos recentes na nossa sociedade, sempre com uma mulher. E a disponibilidade, no mercado sexual, gira sempre em torno do “ter ou não ter lugar” (para sexo) e dos horários (de não colisão com a vida familiar).

Estas impressões – sistematizadas, mas impressões – assentam, naturalmente, na leitura das interações em sites e aplicações de “engate”, e na interação com o que pomposamente poderia chamar uma amostra aleatória de homens.... Os universos do mercado do engate incluem também segmentos onde é mais prevacente a assunção ou a auto-identificação gay, à semelhança de certos meios de interação e convívio ou mesmo de associativismo e intervenção. Mas uma não muito difícil busca permite encontrar um nicho onde prevalece o meu ideal-tipo, nicho esse onde expressões como “homossexualidade” ou “gay” estão completamente ausentes, substituídas por expressões que acentuam sobretudo a masculinidade (e a “masculinidade” fica, então, eivada de sentidos

de heterossexualidade. O facto de, uma vez “na cama”, tal não ser possível, não é vivido como contradição – e é isso que é fascinante para perceber o aspeto discursivo deste complexo).

Note-se que em momento algum pretenderia fazer duas coisas: criticar, de forma moralista e acusatória, numa espécie de vigilância estalinista no campo sexual, escolhas eróticas que acentuem a masculinidade hegemónica, algo que é perfeitamente compatível com posturas de apresentação de si ou até de intervenção pública igualitária, feminista e emancipatória (já que o erotismo é sempre um jogo com as categorias de poder recebidas); ou apontar um dedo moralista ao meu ideal-tipo de HSH como “hipócrita”. Aliás, num gesto tipicamente antropológico – de tornar o familiar em exótico e o exótico em familiar, através do esforço de empatia com o Outro que pode advir da aprendizagem dos seus códigos – atrever-me-ia a dizer que muitos dos “meus” HSH acham *genuinamente* que não são gay, e tenho de respeitar essa auto-identificação como qualquer outra (o que interessa é perceber o que eles querem dizer com esse “gay” que dizem não ser, e com esse “homem” que dizem ser). O que me intriga é o que eles podem revelar, enquanto peculiar marginalidade dentro do centro, sobre os mecanismos sociais e culturais que dificultam os processos de *coming out* em Portugal. Isto é, eles condensam de forma excessiva, até pela aparente contradição, esses mecanismos.

Poderíamos, seguindo alguma sociologia, dizer que vivemos numa sociedade semi-periférica, como poderíamos classificá-la como de transição, ou como dual. Tudo imagens que apontam para a coexistência – termo que eu preferiria – de aspetos da ordem de género “pré-modernos”, “modernos” e “pós-modernos”. Tornemos isto menos abstrato: além da manifesta desigualdade socioeconómica em Portugal, e também ao nível dos capitais culturais, se pegarmos numa “típica” família da classe média portuguesa, identificamos sem problema uma geração mais velha que viveu durante a ditadura, em contexto rural, com baixa escolarização, etc; uma geração intermédia, já urbana, com níveis de escolarização intermédios, exposta à democratização e à sociedade de consumo; e uma geração mais jovem, apenas urbana, internacionalizada, com escolarização universitária, e que cresceu na sociedade em rede globalizada. Só isto poderia dar conta de formas de viver o género bem diferenciadas.

Mas outras caracterização sociológica clássica, é a que refere as sociedades semi-periféricas do sul da Europa e da América Latina como sociedades da família-providência, isto é, onde a dependência dos laços familiares é fundamental para a obtenção de status, apoio, cuidado, autonomização, etc, com a contrapartida de altos níveis de controlo e codependência emocionais.

Uma terceira abordagem reflete sobre grandes construções históricas sobre as noções de indivíduo e coletivo, em que claramente se opõe um princípio “moderno” de individuação, do sujeito que se auto-constrói, que se vê como decisor racional autónomo, supostamente correspondendo às sociedades capitalistas contemporâneas mais influenciadas pela ética protestante, versus as sociedades capitalistas contemporâneas menos expostas à industrialização, mais dependentes dos mecanismos do nepotismo familiar e do estado e supostamente de fundo mais católico, onde o indivíduo é sobretudo um ser em relação e um elemento de uma corporação, a sua família ou grupo.

Estas abordagens de largo escopo valem o que valem. Se fossem aplicações mecânicas ao real, não teriam sido possíveis certos avanços nos direitos em Portugal ou a vitória no referendo na Irlanda. E os aspetos culturais não podem ser vistos como justificação para nada, apenas elementos que nos ajudem a fazer as transformações de formas que não sejam meramente importadas e com alguma probabilidade, por isso mesmo, mal sucedidas. Senão, vejamos: o modelo do *coming out* corresponde, de facto, a um modelo de Pessoa que diz claramente: “Sê tu mesmo, procura o teu eu verdadeiro, a tua identidade profunda e revela-a, não sejas hipócrita, a verdade perante os outros é o princípio ético fundamental, e é a fonte da felicidade pessoal”. Como não ver nisto o modelo protestante por excelência? E como não prestar atenção ao facto de os modelos de emancipação LGBT terem tido origem em contexto anglo-saxónico, especificamente anglo-americano? E em sociedades capitalistas avançadas, com fortíssimos processos de individuação e de quebra do relevo quer da família quer do estado? Como não ver que este modelo pode não fazer qualquer sentido para quem vê – genuinamente, lá está – que a aceitação social assenta no prestígio com base no cumprimento de uma performance de género concretizável no casamento heterossexual e na reprodução, em relacionalidade

próxima – gratificante e sufocante ao mesmo tempo – com a família, estendida para o ambiente de trabalho como ambiente onde imperam regras patriarcais e de recompensa pela obediência, para não falar da metáfora do estado e da nação como “uma grande família”?

Mas pensemos agora ao contrário. Em primeiro lugar: se o modelo do *coming out*, como o da emancipação LGBT, é o que Boaventura Sousa Santos chamaria um localismo globalizado e de alguma forma de “cima para baixo”, no entanto a cultura LGBT é, em virtude de se reportar a uma minoria e a uma minoria excluída, uma cultura iminentemente global e até mesmo diaspórica (à semelhança do que era, por exemplo, a cultura judaica...). Isto acaba por permitir um potencial de inovação, que aliás se vê na força e às vezes vanguardismo, dos movimentos LGBT, permitindo a L, G, B e Ts de todo o mundo “verem” para lá dos óculos da sua cultura e sociedade de origem.

Em segundo lugar: o familismo e o estado-patriarca (e até poderíamos falar do catolicismo) de sociedades como a nossa, se dirigidos por determinados tipos de elites, podem cumprir o papel de transformação social. Isso resulta, aliás, da forte desigualdade social e de inserção global dos grupos sociais em sociedades como a nossa. É claramente o que tem acontecido em países do sul da Europa e da América Latina, em que são as transformações legislativas a fazer de vanguarda, legitimando moralmente a mudança (pela autoridade mágica do estado) perante as populações – basta ver como a aceitação por exemplo do casamento entre pessoas do mesmo sexo cresceu sempre tanto mais quanto o assunto fosse sendo politicamente tratado e mais ainda depois da aprovação, e sem que nenhum efeito concreto tivesse ainda sido testemunhado. Como se aquilo que noutros contextos é cumprido pela acumulação de consciências individuais que fazem o seu *coming out* fosse aqui conseguido pela consciência coletiva simbolizada no Estado.

Mas, e se a comparação não fosse tão dualista – entre países do “Norte” e países do “Sul” – mas sim entre países do Sul? Estou em crer que níveis maiores de *coming out* em países como a Espanha ou o Brasil, e refiro-me ao *coming out* de pessoas “normais” e não de figuras públicas, se devem sobretudo a questões de escala, sobretudo no que diz respeito às zonas urbanas e ao tipo de autonomização que estas permitem, bem como a realidades económicas que

permitem maior mobilidade espacial. E se pensarmos em variáveis como as percepções de conservadorismo em virtude, por exemplo, de fundos culturais católicos, vemos como no caso da Irlanda, não só pela votação massiva no Sim, mas pelo facto de existirem muitas figuras públicas, desde logo vários políticos, assumidas, essa variável foi provavelmente compensada pela exposição à e partilha de um mundo globalizado anglo-saxónico e a altíssimos níveis de migração transnacional e de educação formal. Ou seja, o que interessa é vermos as sociedades como tendo várias dinâmicas e velocidades coexistindo – o meu HSH coexiste comigo, por exemplo, em Portugal, hoje. E é de esperar que, num processo lento mas que implica claramente, no nosso caso, um fortíssimo papel do exemplo da lei e do estado, bem mais do que do apelo às consciências individuais ou mesmo a um psicologismo da felicidade individual, tudo se vá transformando.

Seja o “homem da rua”, seja a “figura pública”, ambas vivem num regime de género e sexualidade em que a performance da masculinidade hegemónica constitui um capital social precioso, abridor de portas, garante de sucesso, status e situação económica. Mesmo as supostamente novas masculinidades que surgem transmitidas sobretudo por figuras públicas – do metrosexual ao *hipster*, passando por apropriações várias de estéticas criadas em universos gay... – fazem sempre questão de não abdicar daquele capital, apresentam-se como meras atualizações “modernas”, na realidade reclamando mais capital do que o das masculinidades tradicionais, acrescentando marcadores de classe aos de género.

Mas, comparados com o meu ideal-tipo de HSH, as diferenças são poucas quando pensamos no grande argumento para o não *coming out* (do artista ou do político que “toda a gente sabe ser gay”) ou no grande argumento do HSH (de quem, supostamente, “ninguém desconfia”) para nem sequer pensar na hipótese do *coming out*: a noção de *privacidade*, que ainda não tinha abordado, mas que agora fará todo o sentido. Aquilo que é considerado *público* é a apresentação de si, um teatro de papéis e performances que indiquem a consonância a expectativas sociais prototípicas, em que passar por heterossexual corresponde a passar por homem e vice-versa, e da mesma maneira que uma determinada roupa indicia um certo status social. Aquilo que é considerado *privado* inclui atos

mas também identidades. E é aqui que está a grande semelhança com o resto dos mundos sociais e culturais não-ocidentais, e a diferença em relação a alguns mundos sociais ocidentais. *A homossexualidade não é vista como uma identidade mas como uma coleção de práticas, de atos.* O que normalmente se vê como identidade é visto afinal como um “papel”, e a contradição – aquilo que a mim parece uma contradição – pode não ser vivida enquanto tal.

Mas como vivemos na coexistência de várias velocidades e modelos, como referido atrás, não é assim para toda a gente, como se vê quer pelo sofrimento provocado pela homofobia internalizada, quer pelos *coming out* feitos em nome da transparência e de uma noção de privado que se reserva para o *íntimo* – os atos sexuais concretos, as pessoas com quem eles são feitos, o erotismo, etc – independentemente da revelação da identidade em termos de orientação sexual. Quem reconhece este último aspeto está a lidar com a *lógica do armário* – algo onde uma pessoa se pode esconder, mas que está ao alcance, é fácil de abrir e tem lá dentro objetos de que se precisa quotidianamente. Os outros estão na *arrecadação* – algo a que se acede pouco e onde estão os objetos inúteis mas de que não nos queremos libertar.

Não sei se agora faz sentido que eu tenha querido usar como exemplo um protótipo de HSH que se apresenta como masculino, discreto, casado, sem lugar, ativo, fora do meio, e não querendo efeminados e bichas. Esse homem vive na recusa da identidade como categoria moderna da subjetividade psicológica mas abriga-se no ideal, normalmente visto como moderno, da privacidade, da escolha, e da liberdade. Uma curiosa coexistência de dois modelos, mas na realidade uma forma de apropriação dos dispositivos mais modernos e liberais para contornar o controlo social mais pré-moderno e patriarcal? Seja como for, temos (e não só cá) várias “velocidades” e uma delas é caracterizada pelo não entendimento da homossexualidade como traço identitário mas antes como conjunto não articulado de desejos e atos.

Quero frisar que o apelo ao *coming out* – de toda a gente, e de figuras públicas enquanto exemplo, em particular – é fundamental, mas que ele irá ser ouvido por quem vive o modelo da identidade como transparência e verdade entre o eu e os outros. Ou se disponibilizarmos identidades coletivas mais ou menos politizadas. Para os restantes, o meu HSH ou, melhor, para evitar os

futuros possíveis HSH, sobretudo os que possam vir a ser infelizes com isso ou a fazer outros e outras infelizes, só mesmo uma educação, escolar e mediática que, sem castrar ou neutralizar o erotismo e o desejo, desempacote a desigualdade de género e a homofobia, e vá desempacotando o próprio género.